

Com o Judiciário, só um ato de força

PROTAGONISTAS DO GOLPE QUE AGORA LEVA TEMER À LONA, SUPREMO E LAVA JATO PRECISAM SER ENQUADRADOS NO PRÓXIMO GOVERNO, SEGUNDO EUGÊNIO ARAGÃO

α ANDRÉ BARROCAL

A greve caminhoneira foi hostilizada em certos círculos progressistas devido ao conservadorismo da categoria, simpática ao presidencial da extrema-direita Jair Bolsonaro, mas não pelo procurador aposentado Eugênio Aragão, ex-militante do MR8, organização combatente da ditadura da qual o deputado do PSL tem saudades. Para Aragão, há razões econômicas reais para a greve, a piora de vida dos caminhoneiros com diesel caro e PIB estagnado. Se eles não compreendem o que causou a situação, era dever esquerdista tentar mostrar-lhes, livre dos rancores pós-impeachment. “A esquerda tende a simplificar muitas coisas e a pender para um marxismo barato, aquele de oreilha de livro dos que nunca leram realmente Marx, Lenin, Trotsky, Gramsci”, diz. Último ministro da Justiça pré-impeachment, Aragão vislumbrava em janeiro, nesta *CartaCapital*, um ano conturbado, talvez um colapso social. Ainda vê o horizonte plúmbeo, mas por outras razões, o funeral do governo Michel Temer e a enrascada eleitoral do *establishment* político e econômico.



CartaCapital: A convulsão social que prognosticava para 2018 veio em boleia de caminhão?

Eugênio Aragão: Não. Por falta de apoio ao Temer e, principalmente, por ser ano eleitoral, cessou aquele processo agudo de corte de direitos que poderia causá-la. O que a greve mostrou é que o governo está completamente enfraquecido. Pediu socorro ao Exército, mas este não vai bater de frente com os movimentos sociais,

porque sabe que é uma fagulha que poderá acender. E o Exército não está com esse aparelhamento todo capaz de lidar com conflito de larga escala, está sem dinheiro, depauperado, a crise do combustível o afeta também. Além disso, há o risco de aumentar, na base da corporação militar, a simpatia pelos que resistem ao Temer, os conservadores do transporte rodoviário. Isso é uma coisa que, para o Exército, é explosiva, mexe com a hierarquia.



Manuela D'Ávila e Guilherme Boulos devem saber que a eleição passa por Lula

CC: O Exército está dividido entre bolsonaristas e um grupo mais institucionalizado.

EA: Essa divisão sempre existiu. Quando essa área mais institucionalizada promoveu a abertura política, principalmente no governo *(do último ditador, de 1979 a 1985, João Baptista) Figueiredo*, a ala radical quis botar bomba no Riocentro, mandou carta-bomba para a OAB do Rio, botou fogo em banca de jornal. Temos uma tradição de um baixo oficialato radical no Exército. Mas eles são oportunistas: só botam a cabeça de fora quando as condições favorecem, num momento de crise, por exemplo. Não são a maioria, mas são o grupo mais ruidoso, que inclui também algumas figuras ilustres da reserva, generais de roupão e chinelo, que hoje têm mais liberdade de discutir política do que quando estavam na tropa. As Forças Armadas são um retrato fiel da população urbana brasileira, da classe média, que está dividida.

CC: É incrível que, 33 anos após a ditadura, as Forças Armadas voltem a ser um ator político. É produto do curto-circuito nacional pós-impeachment de 2016?

EA: É um conflito latente desde o fim da ditadura. Aqueles que praticaram

violência nunca tiveram de pedir desculpas e, quando não pedem desculpas, se sentem confirmadas nas suas certezas. Em pleno século 21, quando não temos mais no mundo a bipolaridade socialismo-capitalismo, aqueles que não pediram desculpas ainda acreditam em bicho-papão. Como o comunista hoje é um sujeito meio anacrônico, agora falam em chavismo, bolivarianismo, populismo de esquerda. Quando eles são tão populistas quanto, só que de direita. O populismo é uma consequência do baixo nível de discussão político-partidária. Quando uma sociedade não tem capacidade de aprofundar seu debate político,

O populismo resulta do baixo nível da discussão político-partidária. Não é um fenômeno brasileiro, é mundial

perde-se no populismo. Isso não é só no Brasil. Você vê na Alemanha, com a AfD (*movimento de extrema-direita*), na França com (*Marine*) Le Pen. É engraçado que os nacionalistas no Exército desapareçam.

CC: Por que isso ocorreu?

EA: Houve um grande esforço de profissionalização de parte daqueles que foram chamados para intervir no Haiti, no Timor-Leste, na RDC (*República Democrática do Congo*) e passaram a ter uma visão tecnicista: “Vamos deixar a política para os políticos, nós vamos fazer a nossa parte técnica”. Aqueles que seriam os desenvolvimentistas se aposentaram. Você vê hoje o desmantelamento da indústria de construção civil, a desnacionalização da tecnologia militar, principalmente na Aeronáutica (*a tentativa da americana Boeing de comprar a Embraer*) e nos submarinos nucleares, sem que o interesse nacional encontre eco significativo nas Forças Armadas.

CC: A Lava Jato alimentou esse “tecnicismo despolitizado”?

EA: A Lava Jato é um grande mito. É o mito da despolitização, do concurseirismo, da autonomia, do não partidarismo. Porque, na verdade, a Lava Jato é o

CAPA

contrário disso. É politqueira, corporativa, um grande projeto corporativo de poder travestido de tecnicismo. E o que foi feito ali é tão raso, mas tão raso, que não dá nem para chamar de tecnicismo. Uns dizem: “Eles são colaboradores dos americanos”. Não precisou de muita coisa. Os Estados Unidos não são idiotas. O seu serviço de inteligência é suficientemente instruído para saber quais são as vulnerabilidades brasileiras. Em 2010, eu já dizia que o Estado brasileiro peca por um vício que o torna extremamente débil, a tendência à fragmentalidade. A Polícia (*Federal*) briga com o Ministério Público sobre quem pode investigar, o Ministério Público briga com a AGU pelo filão da cooperação jurídica internacional e atropela o Ministério das Relações Exteriores no trato com estrangeiros... O Estado é incapaz de ter uma só voz.

CC: Na greve dos caminhoneiros vimos essa dissonância. O juiz Sergio Moro criticou a greve em um despacho, enquanto a Federação dos Delegados da PF declarou apoio.

EA: O Moro tem seu prestígio em função do “chaleiramento” feito pelo grande capital brasileiro e americano. A força dele é o *establishment*. Moro de certa forma obedece a um *establishment* que, em nome de limpar o País da corrupção, quis destruir a esquerda. Ele não vai ficar jamais com os proletários “pejotizados”. O Moro reflete esse *establishment* que tem como seus porta-vozes a *Folha*, o *Estadão* e o *Globo*, que estão metendo o cacete nos caminhoneiros.

CC: E a federação dos delegados?

EA: Aí é diferente, porque a federação, bem ou mal, tem afinidade muito grande, e não é de hoje, com setores mais conservadores. O bolsonarismo tem mais apelo dentro da polícia do que no Judiciário. Por quê? Porque o bolsonarismo é muito próximo à bancada da bala no Congresso.

CC: Faltando pouco para a eleição, há três grandes atores em campo, o bolsonarismo, a direita *establishment*,



que orbita em torno do governo, e a esquerda. O que vai sair daí?

EA: A previsibilidade é baixíssima, o Brasil nunca ficou nessa situação. O *establishment* não achou seu candidato. A esquerda está fragmentada. A grande maioria tem a visão de que (*a candidatura*) Lula tem de ir até as últimas consequências. (*Guilherme*) Boulos (*do PSOL*) e Manuela (*D'Ávila, do PCdoB*) podem

não concordar que Lula seja a única candidatura, mas têm a plena consciência de que a saída passa pelo Lula. Outro setor de esquerda, meio conciliador, o Ciro, acha que a gente tem de virar a página do golpe. A direita raivosa, bolsonarista, é a única que está unida.

CC: Por que não virar a página do golpe?

EA: Só se ultrapassa um problema dessa natureza se quem praticou essa violência de alguma forma também está disposto a aceitar que praticou essa violência.

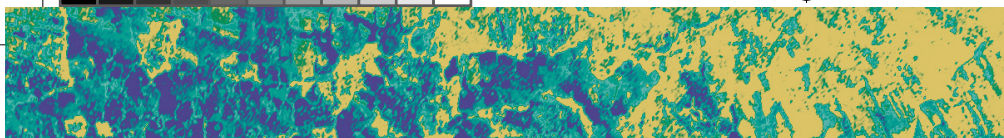
CC: Como os militares deveriam pedir desculpas por 64...

EA: Não é nem uma questão de pedir desculpa. A página não se vira de maneira unilateral. Se não houver a iniciativa de quem for eleito de pactuar politicamente, vai ser muito difícil.

CC: Como seria possível fazer um pacto diante de todo esse curto-circuito?

EA: Podemos procurar um denominador comum. Para mim, é a Constituição

**Moro obedece
ao establishment,
que, ao pretender
limpar o País
da corrupção, quis
destruir a esquerda**



Aqui estão os problemas que um futuro governo terá de enfrentar



de 1988, o grande pacto que permitiu aos governos civis, com todos os altos e baixos, se manterem estáveis. O que criou a crise atual foi a ruptura do consenso mínimo de 1988. Acho que temos um consenso, tanto à direita quanto à esquerda, de que algo precisa ser feito para colocar o Judiciário no lugar. O Judiciário cresceu demais, transbordou, tomou a autoridade do Executivo e do Legislativo. O Judiciário tem de parar de querer governar. Que cumpra as suas funções dentro dos limites constitucionais e pare de ficar reinterpretando a Constituição para dela extrair regras que são o contrário daquilo que está escrito nela. Nós podemos dizer que temos 11 Supremos (*são 11 juízes*), cada um com uma concepção sobre os valores da Constituição e todos, ou boa parte, falastrões.

CC: O Judiciário aceita abrir mão do poder?

EA: Não, vai ter de ser um ato de força, e isso tem de partir de um acordo entre os

atores políticos, não há outro jeito. Tem de botar a Lava Jato no seu devido lugar. Não é zerar a Lava Jato, ela trouxe um quadro bastante realista daquilo que ocorre nos bastidores da política. O que eu divirjo é o que se deve fazer com o que foi mostrado. Vamos ter de repensar os conselhos de controle externo (*o CNJ, da Justiça, e o CNMP, do Ministério Público*) e colocar a sociedade civil lá dentro, para dismantlar esses corporativismos.

CC: A Lava Jato declarou guerra ao sistema político. Com um ato de força desses, a guerra seria sangrenta, não?

EA: A classe política tem de assumir o seu papel e ir para o confronto em certos momentos, não permitir que seja desautorizada, não permitir que o Supremo passe por cima dos limites, como passou quando, por exemplo, o despacho de um ministro (*Luiz Fux*) sustou o andamento de um projeto de lei, por entender que era inconstitucional, como se o STF tivesse controle *a priori* da constitucionalidade.

CC: A economia está devagar, quase parando, a Lava Jato não dá trégua, o futuro Congresso tende a ser parecido com o atual... O próximo presidente vai pegar um pepino?

EA: Ele vai ter essa urgência de costurar um pacto nacional com uma agenda mínima, e essa agenda passa pela reconciliação com a classe política. Não adianta a gente querer simplesmente reinventar a roda, a classe política que temos é esta. O que podemos fazer é criar estruturas e mecanismos que impeçam os desvios (*de conduta*). Enquanto ficarmos com a visão retributivista de querer punir o passado, não vamos avançar. Essa reconciliação com a classe política implica também a gente pensar em algum tipo de anistia para reconhecer os abusos e os arbítrios que foram cometidos pelo Judiciário. É a própria Constituição (*no artigo 5º*) que diz que o erro Judiciário deverá ser indenizado, e não tenha dúvida que essa Lava Jato produziu erros e mais erros. •

